

Título: Legislação de proteção as pessoas com deficiência: uma análise da (in)aplicabilidade da Lei 7.853/1989

Autor(es) MERIAN DO SOCORRO DE ALMEIDA; OLIE NE ISABEL SARMENTO CORRÊA

E-mail para contato: oliene.correa@estacio.br

IES: ESTÁCIO FAMAP

Palavra(s) Chave(s): Palavras-Chave: Acessibilidade. Educação. Desafios. Direito Constitucional

RESUMO

Países, como o Brasil se preocupam com a situação das pessoas com deficiência. Atualmente, está cada vez mais comum se deparar com pessoas com deficiência executando atividades nas mais diferentes áreas. A cada ano fica mais fácil perceber que apresentar uma deficiência não é sinônimo de limitação, mas sim de superação. Apesar de recentes, já são diversas as leis que dizem respeito, direta ou indiretamente, à inclusão das pessoas com deficiência. Este trabalho tem por objetivo confrontar a aplicabilidade dos princípios basilares do estado democrático de direito, com um recorte no princípio da igualdade, frente às condições de acessibilidade das pessoas com mobilidade reduzida na Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. Possibilitando uma reflexão da legislação de proteção às pessoas com deficiência, a partir do estudo da Lei nº 7.853/1989, a qual prescreve tratamento prioritário e adequado aos portadores de mobilidade reduzida nas políticas públicas e principalmente ao acesso à educação. Com isso, investigar sobre a aplicabilidade da legislação inerente às pessoas com mobilidade reduzida na única Universidade Federal do Estado se tornou uma necessidade imperiosa, frente à busca constante por uma sociedade mais justa, que deve adquirir consciência de que todas as pessoas são diferentes, mais com igualdades determinativas pela normativa constitucional. Para tanto, a fim de possibilitar conclusões, utilizou-se como método de pesquisa partindo-se de uma concepção qualitativa de natureza descritiva e interpretativa através de revisões de literaturas e uma pesquisa de campo, tendo como foco a observação do percurso utilizado e suas atividades diárias de uma acadêmica cadeirante da universidade, e também, uma entrevista junto ao Núcleo de Acessibilidade e Inclusão – NAI da referida instituição. Diante de tais resultados, verificou-se que as pessoas com deficiência apesar de grande parte conhecer seus direitos intrínsecos não têm esses direitos reconhecidos e respeitados, confrontando-se com inúmeras dificuldades e desafios, especialmente relacionadas ao direito à acessibilidade vivenciada diariamente.